

DOI: 10.20911/21799024v16n1p22/2025

Dimensões subjetiva e intersubjetiva do agir ético: a interpretação filosófica da consciência moral e o problema da justiça social

Subjective and intersubjective dimensions of ethical action: the philosophical interpretation of moral conscience and the problem of social justice

Renato Correia Santos¹

Elton Vitoriano Ribeiro²

Resumo: O presente artigo aborda as dimensões subjetiva e intersubjetiva do agir ético, explorando a interpretação filosófica da consciência moral e sua inter-relação com o problema da justiça social. Destaca-se a complexidade do agir ético, envolvendo aspectos subjetivos, relacionados às experiências individuais, e intersubjetivos que reconhece a interconexão da moralidade com as interações sociais e as responsabilidades mútuas. O artigo destaca a relevância dessas dimensões ao enfrentar desafios éticos e, em particular, ao abordar o problema da justiça social. A distribuição equitativa de recursos e oportunidades é explorada

1 Graduado em Direito pelo Centro Universitário Toledo de Presidente Prudente – SP, Especialista em Juventudes no mundo contemporâneo pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte – MG. E-mail: renatocorreiasj@jesuits.net

2 Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica em Roma. Reitor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte - MG. E-mail: eltonvitoriano@gmail.com

como componente essencial para garantir uma sociedade mais justa, evidenciando a inseparabilidade entre as dimensões subjetiva e intersubjetiva do agir ético.

Palavras-chave: *Agir ético. Consciência moral. Justiça social.*

Abstract: This article examines the subjective and intersubjective dimensions of ethical action, exploring the philosophical interpretation of moral consciousness and its interrelation with the issue of social justice. It highlights the complexity of ethical action, encompassing subjective aspects related to individual experiences and intersubjective aspects that acknowledge the interconnectedness of morality with social interactions and mutual responsibilities. The article underscores the relevance of these dimensions in addressing ethical challenges and, in particular, in tackling the issue of social justice. The equitable distribution of resources and opportunities is explored as an essential component for ensuring a more just society, demonstrating the inseparability of the subjective and intersubjective dimensions of ethical action.

Keywords: *Ethical action. Moral consciousness. Social justice.*

Introdução

A ética, como ramo da filosofia dedicado ao estudo da moralidade, abrange os valores e princípios que guiam o comportamento humano. Enquanto disciplina filosófica, ela não se limita a determinar o que é moralmente correto, mas procura compreender como os indivíduos percebem e respondem a questões éticas. O agir ético é um fenômeno intrincado que engloba tanto aspectos objetivos, subjetivos e intersubjetivos.

Os aspectos objetivos referem-se às normas e valores que regem o comportamento humano, enquanto os aspectos subjetivos estão relacionados à experiência individual do agente moral. Ao analisar a dimensão subjetiva do agir ético, surge a indagação de como os valores, crenças, emoções e experiências individuais moldam nossas escolhas morais. Esta perspectiva lança luz sobre os desafios enfrentados na aplicação da ética, proporcionando uma compreensão mais completa da complexidade da consciência moral humana.

No âmbito da investigação ética, busca-se estabelecer princípios e diretrizes que orientem o comportamento humano na direção do que é considerado correto e moralmente aceitável. No entanto, a dimensão intersubjetiva desse agir ético reconhece que a moralidade não é estritamente uma questão individual, mas está intrinsecamente relacionada às interações entre os seres humanos e suas responsabilidades mútuas.

A relevância desta perspectiva torna-se ainda mais evidente ao abordar o problema filosófico da justiça social. Este questionamento levanta considerações

sobre como distribuir equitativamente recursos, oportunidades e benefícios na sociedade, garantindo que cada indivíduo tenha a oportunidade de viver uma vida digna. Assim, é claro que as dimensões subjetiva e intersubjetiva do agir ético estão interligadas, sendo fundamental para a busca da justiça social, uma vez que as relações entre os indivíduos e as implicações éticas de suas ações constituem parte integrante do processo de construção de uma sociedade mais equitativa.

1. A dimensão subjetiva do agir ético

A subjetividade do agir ético pode ser observada em diversos aspectos. Os valores morais são internalizados pelos indivíduos ao longo de sua vida, por meio de experiências pessoais, sociais e culturais. Isso significa que os valores morais de cada indivíduo são únicos e refletem sua história de vida.

Podemos assim dizer, então, que a dimensão subjetiva do agir ético refere-se ao fato de que as escolhas morais são feitas por indivíduos, que são seres únicos e singulares (Herrero, 2012, p. 400).

Diz o autor que

o que caracteriza a práxis (diferentemente da *theoria* e da *poiesis*) é o tipo de conhecimento racional que a acompanha. Trata-se de um conhecimento reflexivo e judicativo do sujeito que deve agir. Reflexivo, porque não precisa da mediação de um objeto exterior ao ato, a reflexividade é imediata. Judicativo, porque da apreensão do fim do agir e da avaliação das suas condições passa ao juízo prático que prescreve a realização (ou não) da ação. É conhecimento de um dever-ser imanente à práxis. E a obra humana por excelência é a realização plena da própria vida orientada pela RP. Como tal é considerada inicialmente na sua universalidade, que é dita subjetiva porque é predicado do sujeito ético. (Herrero, 2012, p. 400)

Além disso, as escolhas morais são feitas em contextos específicos, que influenciam a forma como o indivíduo avalia a situação e toma a decisão. Por exemplo, uma pessoa pode considerar que mentir é errado, mas pode mentir para proteger alguém que está em perigo.

Deste modo, podemos verificar que a dimensão subjetiva do agir ético refere-se à importância da interioridade do indivíduo, ou seja, sua mente, emoções e intenções, na avaliação moral de suas ações. Henrique de Lima Vaz enfatiza essa dimensão subjetiva, argumentando que a ética não pode ser reduzida apenas a regras ou princípios externos, mas deve levar em consideração a experiência moral interna de cada pessoa (Vaz, 2004, p. 142).

Nesse contexto, compreendemos que a dimensão subjetiva do comportamento ético desempenha um papel fundamental na análise filosófica da consciência moral como capacidade inerente ao agente moral de discernir entre o que é certo e o que é errado, e de agir conforme seus próprios princípios morais. Isso implica que a interpretação filosófica da consciência moral deve necessa-

riamente considerar a subjetividade inerente ao sujeito moral, reconhecendo a diversidade de perspectivas e valores individuais que influenciam suas escolhas éticas e seus julgamentos morais.

2. A dimensão intersubjetiva do agir ético

O agir ético se dá sempre no contexto de uma relação entre sujeitos. Isso significa que o indivíduo não age de forma isolada, mas sempre em relação a outros indivíduos. A intersubjetividade é um fenômeno complexo que envolve a interação entre sujeitos. Ela é mediada pela linguagem, pela cultura e por outros elementos que permitem a comunicação e a compreensão mútua entre os indivíduos.

Deste modo, a dimensão intersubjetiva do agir ético revela que a ética não é um fenômeno puramente individual, mas também social. O agir ético é influenciado pelas relações sociais em que o indivíduo está inserido (Oliveira, 2008, p. 407). A autora afirma que

a ação ética não se dá num espaço vazio, nem se constitui como obrado sujeito isolado. Vaz afirma que “o indivíduo humano monadicamente isolado em qualquer das manifestações de sua existência é uma abstração”. O ser humano está sempre envolvido numa rede complexa de relações, tanto com a natureza quanto com outros seres humanos. A ação ética só pode ser pensada, portanto, enquanto tal, como expressão de um sujeito situado em relação com o outro. Emerge dessa constatação a noção de intersubjetividade como noção fundamental, intrinsecamente presente à ideia de agir ético. (Oliveira, 2008, p. 407)

O ser humano está constantemente imerso em uma hermética teia de relações, tanto com a natureza quanto com outros indivíduos. A prática ética só pode ser concebida, portanto, como a expressão de um sujeito que existe em relação com os outros. A partir dessa compreensão, surge a ideia de intersubjetividade como um conceito essencial, ligado à noção de agir ético (Oliveira, 2008, p. 407).

Henrique de Lima Vaz enfatiza a importância da dimensão intersubjetiva no agir ético. Para ele, a ética não pode ser reduzida a um conjunto de regras ou princípios abstratos que os indivíduos devem seguir de forma isolada (Vaz, 2004, p. 68). Pelo contrário, a ética é inerentemente uma questão relacional, envolvendo a interação entre pessoas.

Sendo assim, ao pensar o agir ético na sua dimensão intersubjetiva, devemos ter presente uma intercausalidade entre o indivíduo e a sociedade ou, se quisermos, entre a *práxis* e o *ethos*. Em lugar de pressupor oposição insuperável entre ambos, Lima Vaz os considera sob a ótica da racionalidade que tem o Bem como perspectiva. Isso evidencia conúbio entre realismo e dialética como característica da reflexão filosófica de Lima Vaz. Importante notar aqui que Lima Vaz critica as éticas que permanecem somente no âmbito do sujeito, seja se tal sujeito é compreendido como Eu, seja se ele é compreendido como Outro. Aí está o motivo pelo qual Lima

Vaz acrescenta à sua Ética o adjetivo filosófico; pois a filosofia foi a forma originária segundo a qual a ética enquanto ciência do *ethos* se constituiu e, também por isso e por causa disso, é a única forma adequada que nos permite pensar os fundamentos racionais desta ciência. (Oliveira, 2008, p. 407)

3. A consciência moral

A consciência moral é a faculdade que nos permite discernir o que é moralmente correto ou incorreto em uma situação específica. Ela envolve a capacidade de fazer julgamentos éticos e a autoavaliação moral.

Para Henrique de Lima Vaz, a consciência moral desempenha um papel fundamental na dimensão subjetiva do agir ético. A interpretação filosófica da consciência moral de Lima Vaz destaca sua natureza reflexiva e normativa. Isso significa que a consciência moral não apenas percebe o que é certo ou errado, mas também guia nossas ações de acordo com princípios morais (Vaz, 2004, p. 56).

Lima Vaz coloca que

o ponto de partida da nossa reflexão é uma análise fenomenológica elementar da experiência da consciência moral que admitimos ser, sob diversas expressões culturais, uma experiência universal. A manifestação primeira dessa experiência permite caracterizá-la como uma forma de juízo do indivíduo sobre seu próprio agir. Trata-se, porém, de um juízo de avaliação (*Werturteil*), do qual redundam, como fenômeno consequente, um sentimento de aprovação ou reprovação. A manifestação primeira da consciência moral revela, pois, a sua natureza cognoscitiva: um conhecimento pelo sujeito do seu próprio ato e, portanto, um conhecimento reflexivo, que se desdobra tanto na reflexão que tem lugar no exercício mesmo do ato (*reflexio exercita*, na terminologia escolástica), quanto na reflexão que sucede ao ato já completo (*reflexio signata*). Temos em vista sobretudo a reflexão imanente ao ato, já que a reflexão consequente se mostra como simples explicitação da primeira. (Vaz, 1998, p. 469)

A consciência moral pode ser definida como um processo no qual se reflete sobre o comportamento moral, permitindo a avaliação, julgamento e atribuição de culpa ou justificação. Em essência, a consciência moral combina a capacidade cognitiva de formular julgamentos com a dimensão volitiva da responsabilidade pessoal, que é assumida livremente diante de si mesmo (Vaz, 1998, p. 470).

Com efeito, Lima Vaz argumenta que a formação da consciência moral é um processo crucial na busca da virtude e da moralidade (Vaz, 2004, p. 171). Ele acredita que a educação ética desempenha um papel significativo na moldagem da consciência moral de um indivíduo. Isso envolve a transmissão de valores, princípios e a promoção da reflexão crítica sobre as ações e escolhas morais. Uma consciência moral bem formada é essencial para que uma pessoa tome decisões éticas informadas e responsáveis.

4. Implicações filosóficas da dimensão subjetiva na consciência moral

A subjetividade do agir ético implica que a interpretação filosófica da consciência moral deve ser capaz de explicar como os indivíduos tomam suas decisões morais.

A dimensão subjetiva do agir ético tem implicações importantes para a interpretação filosófica da consciência moral. A consciência moral não é um fenômeno objetivo, mas sim um fenômeno subjetivo que é moldado por uma variedade de fatores, incluindo as emoções, os valores, as crenças, a cultura e a sociedade.

Lima Vaz argumenta que a consciência moral não é apenas um conjunto de regras objetivas, mas também envolve uma dimensão subjetiva intrínseca. O autor destaca que

a experiência da consciência moral mostra-a com evidência como elemento constitutivo do nosso agir moral. Ela é a expressão da sua estrutura reflexiva, na medida em que agir moralmente implica sempre como momento final da sua efetivação em ato o juízo e avaliação imanentes do teor moral do próprio ato. Nesse sentido a consciência moral pode ser considerada, em primeira aproximação, como sendo a componente reflexiva da posição final do agir na sua estrutura subjetiva, sendo o seu termo objetivo o fim por ele intencionado. Ela se delinea, pois, como a face reflexiva da síntese dos elementos e dos momentos que integram o exercício efetivo do agir ético. Expressar conceptualmente essa reflexividade e definir suas funções no organismo da vida moral, eis o alvo pretendido por uma investigação sobre a consciência moral no quadro sistemático de uma Ética filosófica (Vaz, 1998, p, 471).

Nessa perspectiva, a moralidade não pode ser reduzida apenas a normas externas, mas deve levar em consideração a experiência individual, as intenções e as motivações que guiam nossas ações. A dimensão subjetiva da consciência moral nos lembra da importância de considerar o contexto e as circunstâncias que moldam nossos julgamentos éticos.

Herrero afirma que

a presença de uma consciência moral comum é atestada pela aceitação de um mesmo sistema de normas, valores e fins interiorizado em maior ou menor profundidade na consciência moral dos indivíduos. Exemplo específico dessa consciência moral social é o valor atribuído atualmente aos direitos humanos (Herrero, 2012, p. 415),

Além disso, Lima Vaz destaca que a dimensão subjetiva da consciência moral nos leva a reconhecer a importância da reflexão ética e do autoexame. Devemos nos questionar sobre nossos valores, princípios e preconceitos, a fim de desenvolver uma consciência moral mais madura e autêntica (Vaz, 1998, p. 469).

Portanto, as implicações filosóficas da dimensão subjetiva na consciência moral nos desafiam a buscar uma ética mais profunda e responsável, que leve em consideração tanto as normas objetivas quanto a riqueza da experiência humana individual.

5. A interação e a responsabilidade na intersubjetividade do agir ético

A interação e a responsabilidade são dois conceitos fundamentais para a compreensão da intersubjetividade do agir ético. A interação é o processo de comunicação e cooperação entre sujeitos, enquanto a responsabilidade é a obrigação de responder por suas ações.

Viu-se que, na perspectiva da intersubjetividade, o agir ético não é um processo individual, mas sim um processo social, resultado da interação entre os indivíduos e da influência mútua que um exerce sobre o outro. Desse modo, percebe-se que a interação desempenha um papel crucial na ética intersubjetiva. Oliveira ressalta

o movimento dialético dentro do qual Lima Vaz elabora a sua ética filosófica tem seu início com a universalidade. Isso significa que, em primeiro lugar, ele entende a intersubjetividade enquanto universal. Esta universalidade intersubjetiva é compreendida como constitutiva do ser humano enquanto ser universal. Todo sujeito humano encontra-se em meio a outros sujeitos semelhantes a ele, com os quais forma a comunidade ética. A comunidade ética mostra-se, por sua vez, como espaço e tempo da ipseidade do sujeito. (Oliveira, 2008, p. 408).

É através dela que os indivíduos compartilham seus valores, crenças e perspectivas; é por meio dela também que se produz consenso e resolução de conflitos. Nossas ações e escolhas éticas são moldadas pelas relações que estabelecemos com outros seres humanos. Herrero conceitua o consenso como

um ato eminentemente livre e é como tal que tem lugar entre sujeitos éticos. Por isso, ele não se dirige ao outro na sua individualidade empírica, mas enquanto é participante do mesmo universo ético (como fim em si e como portador de valores) e acolhido sob a mesma universalidade do Bem. (Herrero, 2012, p. 411).

Nossos valores, crenças e noções de moralidade são influenciados pelas trocas interpessoais que ocorrem em nossa vida cotidiana que passa pelo reconhecimento. De acordo com Ribeiro (2016, p. 394), "o reconhecimento é um problema antropológico, ético e político e é uma necessidade fundamental do ser humano". Através do diálogo, da comunicação e da convivência com os outros, onde desenvolvemos uma compreensão mais profunda do que é certo e do que é errado, é o lugar onde o reconhecimento acontece.

A responsabilidade é outro elemento essencial da relação entre intersubjetividade e o agir ético. Os indivíduos são responsáveis por suas ações, tanto em

relação a si mesmos quanto aos outros. A responsabilidade implica um senso de dever e de obrigação. A responsabilidade moral é uma decorrência natural dessa interação. Ela surge quando reconhecemos a interdependência entre os indivíduos e a influência recíproca que as ações de um têm sobre o outro (Vaz, 2004, p. 80). Em uma perspectiva intersubjetiva, somos responsáveis não apenas por nossas escolhas éticas individuais, mas também por como essas escolhas afetam aqueles com quem interagimos.

Entretanto, a responsabilidade moral vai além de simplesmente não prejudicar os outros. Ela implica um compromisso ativo em buscar o bem-estar e a dignidade de todas as partes envolvidas, isso significa agir de maneira a promover relações justas e respeitadas, bem como a construção de uma sociedade mais ética como um todo.

Na perspectiva da intersubjetividade do agir ético, a responsabilidade moral não é um fardo, mas uma oportunidade de contribuir para o florescimento humano e a construção de comunidades justas. Ela nos lembra que nossas ações têm um impacto real sobre a vida dos outros e que somos coautores do mundo ético em que vivemos.

Logo, a interação e a responsabilidade estão intimamente relacionadas. A interação é um pré-requisito para a responsabilidade (Herrero, 2012, p. 420). É através da interação que os indivíduos desenvolvem um senso de dever e de obrigação e podem ser expressas de diferentes maneiras na prática, seja de forma positiva ou negativa.

Em resumo, a perspectiva da intersubjetividade do agir ético enfatiza a importância da interação e da responsabilidade mútua na ética. Nossas ações éticas são inseparáveis das relações humanas, e a responsabilidade moral surge da compreensão de nossa interdependência. Ao reconhecer a influência de nossas ações sobre o bem-estar dos outros, somos instados a agir de maneira responsável e a contribuir para a construção de um mundo mais ético e justo (Vaz, 2004, p. 84).

6. O problema da justiça social

A justiça social representa um valor ético fundamental que assegura a equidade nas condições necessárias para o desenvolvimento da autonomia moral dos indivíduos. Quando as circunstâncias sociais são injustas, os indivíduos enfrentam obstáculos para cultivar sua autonomia moral devido à desigualdade no acesso à educação, saúde, cultura e outros bens essenciais.

A categoria fundamental que permite pensar a comunidade humana como comunidade ético-política é a justiça, entendida tanto como virtude, quanto como predicado das normas e leis vigentes numa comunidade. Pois é formalmente na relação com o outro, no espaço simbólico da vida-em-comum, que a virtude (ou excelência do agir individual) se faz justiça (excelência do agir comunitário). O conceito de justiça é, pois, a categoria que exprime a universalidade da vida ética na sua estrutura intersubjetiva

ou vivida comunitariamente. A vida ética como vida virtuosa é, primeiro, uma vida na justiça. (Herrero, 2012, p. 426)

A justiça social é crucial para o desenvolvimento do comportamento ético, pois em condições sociais justas, as pessoas têm mais oportunidades para desenvolver sua autonomia moral e agir de maneira ética. A questão da justiça social está intrinsecamente ligada à dimensão intersubjetiva do agir ético, abordando a distribuição equitativa de recursos, oportunidades e benefícios na sociedade (Ribeiro, 2016, p. 396). Vaz argumenta que a justiça social é uma expressão tangível da ética intersubjetiva, pois considera as interações entre os indivíduos na sociedade (Vaz, 2004, p. 90).

Assim, a justiça social e a dimensão intersubjetiva estão intimamente interligadas, sendo a justiça social um elemento ético essencial para garantir a igualdade de condições no desenvolvimento da autonomia moral.

A busca pela justiça social desempenha um papel crucial no desenvolvimento da consciência moral social, que refere-se à capacidade dos indivíduos de reconhecer e avaliar as condições sociais em que estão inseridos. Essa consciência é moldada pela interação com outros indivíduos e a sociedade em geral.

A filosofia de Henrique de Lima Vaz oferece uma abordagem que integra a dimensão intersubjetiva do agir ético e a consciência moral social, tornando-se uma resposta valiosa aos desafios morais contemporâneos. A consciência moral social, conforme proposta por Lima Vaz, vai além da individualidade, sendo construída coletivamente nas interações interpessoais e enraizada na comunidade (Vaz, 2004, p. 91). Ao enfatizar a dimensão intersubjetiva do comportamento ético e sua conexão com o dilema filosófico da justiça social, Henrique de Lima Vaz proporciona uma perspectiva profunda e significativa para a compreensão da ética e da moralidade nas sociedades humanas. Sua abordagem destaca a interação e a responsabilidade mútua entre os indivíduos, lembrando-nos de que a ética não pode ser isolada, mas está intrinsecamente ligada à nossa vida em comunidade.

A justiça social, então, é uma manifestação concreta da dimensão intersubjetiva do agir ético e da consciência moral social. A perquirição por justiça social implica na distribuição equitativa de recursos, oportunidades e benefícios na sociedade, refletindo a responsabilidade moral que temos uns para com os outros. A visão de Lima Vaz destaca a preservação da dignidade humana como fundamental na compreensão e promoção da justiça social, defendendo que todos têm direito a uma vida digna, o que requer a eliminação das desigualdades que impedem o pleno desfrute de direitos e oportunidades.

Diante dos desafios éticos complexos, a filosofia de Henrique de Lima Vaz fornece uma base sólida para abordar questões de justiça social e ética intersubjetiva. Sua ênfase na interdependência entre os indivíduos e na construção coletiva da consciência moral social destaca a importância de considerar as relações humanas na busca por uma sociedade mais justa e igualitária (Vaz, 2004, p. 90). Assim, compreender a dimensão intersubjetiva do agir ético e a consciência moral social é fundamental para aspirar a um mundo mais ético e justo.

7. A interpretação filosófica da consciência moral e sua inter-relação com o problema da justiça social.

A consciência moral e a justiça social são conceitos intimamente conectados que moldam a sociedade e as relações interpessoais. A interpretação filosófica desses conceitos oferece lentes valiosas para compreender as complexas questões éticas e sociais que enfrentamos.

Na interpretação filosófica da consciência moral e sua inter-relação com o problema da justiça social no pensamento de Lima Vaz há uma abordagem profunda e reflexiva sobre a ética e a sociedade. O autor propõe uma ética dialética que reconhece a dimensão individual e social da moralidade, abrindo caminho para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna (Vaz, 2004, p.71). Ele enfatiza que essa consciência não é apenas um produto cultural ou social, mas possui uma dimensão ontológica, ou seja, vinculada à natureza do ser humano. Nesse sentido, a consciência moral é vista como uma expressão da própria condição humana, que transcende as contingências históricas e culturais (Vaz, 2004, p.68).

Para ele, a consciência moral não é apenas uma orientação individual, mas também uma força que impulsiona a transformação social. É um processo dialético que se desenvolve em três momentos: 1) momento individual: a consciência moral se manifesta como um “juízo prático” que discerne o bem do mal em situações concretas; 2) momento intersubjetivo: se constitui no encontro com o “outro”, segundo formas universais do reconhecimento e do consenso ; 3) momento social: a moral se concretiza na “comunidade ética”, onde os indivíduos se reconhecem como seres interdependentes e corresponsáveis pela construção de um mundo mais justo (Vaz, 2004, p.87).

Já a justiça social, segundo Lima Vaz, é uma extensão da ética individual para o âmbito coletivo, é o *telos* da moral, o objetivo final que norteia a ação humana. Ela se configura como a busca por um estado de equidade e justiça na sociedade, onde todos os indivíduos tenham acesso igual a oportunidades e recursos (Vaz, 2004, p.89). Assim, a consciência moral não se limita à esfera pessoal, mas exige uma resposta ética diante das injustiças sociais.

Por meio desse entendimento, a justiça social é alcançada quando há uma harmonia entre as relações humanas, baseada na igualdade, solidariedade e respeito mútuo (Vaz, 2002, p. 254). Ele critica as estruturas sociais que promovem a desigualdade e a exploração, argumentando que tais injustiças são incompatíveis com uma consciência moral verdadeiramente desenvolvida (Vaz, 2002, p.303). Deste modo, a busca pela justiça social é um imperativo ético que emerge da consciência moral esclarecida.

A moralidade humana transcende a mera formulação de princípios abstratos; ela se manifesta na prática, na ação direta e consciente em prol da justiça social. Nessa perspectiva, a práxis ocupa uma centralidade crucial. A teoria moral, por si só, é insuficiente se não for traduzida em ações concretas que busquem a equidade e a solidariedade entre os seres humanos (Vaz, 2002, p. 261).

Alicerçada na práxis, a moralidade se entrelaça intimamente com a intersubjetividade, o reconhecimento do outro como sujeito moral. A compreensão da alteridade é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A moral se desenvolve no diálogo e na interação com o diferente, na busca de um bem comum que reconheça e respeite as múltiplas perspectivas e identidades presentes em uma comunidade.

Lima Vaz distingue três diversos níveis na rede de relações em que se dá o encontro do Eu com o Outro; mas um dado interessante de sua abordagem encontra-se na consideração desses três níveis de encontro somente como possíveis, abrindo assim à vida em sociedade uma interminável possibilidade de concretizações históricas. Eis, pois, os três níveis do encontro intersubjetivo segundo Lima Vaz: o encontro pessoal, o encontro comunitário e o encontro societário. A esses níveis de encontro corresponderão as esferas intersubjetivas em que o encontro com o outro tomará a forma de universal concreto. (Oliveira, 2008, p. 416)

É dentro dessa comunidade ética, permeada pela intersubjetividade e pela práxis, que a dialética ética de Lima Vaz encontra seu terreno fértil (Vaz, 2004, p.93). A justiça social não é apenas um ideal distante, mas sim um compromisso coletivo de construção de uma sociedade mais fraterna e igualitária. Nesse contexto, todos os membros da comunidade são convocados a agir de forma responsável, reconhecendo-se como corresponsáveis pelo bem-estar e pela dignidade de todos.

Nesse sentido, a dialética da moral proposta por Vaz nos leva a compreender que a justiça social não é um estado estático, mas sim um processo dinâmico que exige constante reflexão e ação. É através da intersubjetividade e da comunidade ética que podemos construir um mundo mais justo e fraterno.

Assim, a dialética entre a práxis, a intersubjetividade, a comunidade ética e a consciência moral revela-se essencial na luta pela justiça social. É no encontro desses elementos que se vislumbra a possibilidade de uma sociedade mais justa, igualitária e compassiva, onde a moralidade não é apenas um ideal abstrato, mas sim uma realidade concreta construída por meio das ações e dos compromissos éticos de cada indivíduo e da comunidade como um todo (Vaz, 2002, p.322).

Conclusão

Em conclusão, a subjetividade do agir ético emerge como um aspecto fundamental na esfera da ética, demandando uma interpretação filosófica da consciência moral que leve em consideração a singularidade inerente ao sujeito moral. A consciência moral, não sendo apenas um atributo inato ou resultado de influências externas, revela-se como um ato moral intrínseco, dotado de uma estrutura reflexiva essencial. Sua evolução ao longo da trajetória moral está intrinsecamente ligada ao crescimento da personalidade e à formação progressiva da identidade ética, à medida que as virtudes do caráter se fortalecem e se expandem, conforme apontado por Lima Vaz (1998, p. 475).

A compreensão das contribuições de Vaz instiga à reflexão sobre nossas próprias experiências éticas, sublinhando a importância de uma consciência moral bem formada em nossas vidas. Nesse contexto, a dimensão intersubjetiva do comportamento ético converge com o dilema filosófico da justiça social. Para atingir uma sociedade mais equitativa, os indivíduos, que se relacionam mutuamente e compartilham responsabilidades, devem comprometer-se com a vida em comunidade. Esse compromisso implica na proteção da dignidade humana e na busca pela mitigação das disparidades sociais, posicionando a justiça social como componente essencial do comportamento ético.

Assim, a presente análise das dimensões subjetiva e intersubjetiva do agir ético, sob a ótica da interpretação filosófica da consciência moral, delineia um chamado à ação para a promoção de comportamentos éticos enraizados na singularidade do sujeito, na busca pela justiça social e no compromisso mútuo em direção a uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

HERRERO, F. Javier. A ética filosófica de Henrique Cláudio de Lima Vaz. *Revista Síntese*, Belo Horizonte, v. 39, n. 125, p. 393-432, 2012.

OLIVEIRA, Cláudia Maria Rocha de; CARDOSO, Delmar. Ação ética intersubjetiva na ética filosófica de Lima Vaz. *Revista Síntese*, Belo Horizonte, v. 35, n. 113, p. 405-422, 2008.

RIBEIRO, Elton Vitoriano. Reconhecer-se reconhecido: o problema do reconhecimento enquanto questão antropológica, ética e política. *Revista Síntese*, Belo Horizonte, v. 43, n. 137, p. 387-400, 2016.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Crise e verdade da consciência moral. *Revista Síntese*, Belo Horizonte, v. 25, n. 83, p. 461-476, 1998.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Ética e Direito*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Introdução à Ética Filosófica 2*. 2ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.